

# AUDIODESCRIÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL ANGOLANO: CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES

## AUDIO DESCRIPTION IN THE ANGOLAN EDUCATIONAL CONTEXT: TEACHERS' KNOWLEDGE AND PERCEPTION

Aleixo Castigo Muamununga <sup>1</sup>  
Juliana Dos Santos Oliveira <sup>2</sup>  
Vera Lúcia Felicetti <sup>3</sup>

### RESUMO

Este estudo teve como objetivo avaliar o conhecimento e a percepção dos professores angolanos sobre a audiodescrição. A pesquisa foi conduzida de maneira quantitativa, exploratória e descritiva, através da aplicação do questionário fechado. Utilizamos a análise estatística das respostas obtidas de uma amostra aleatória de 33 professores do Ensino Geral de Angola, que corresponde ao Ensino Fundamental e Médio no contexto brasileiro. Os resultados revelaram um panorama complexo, destacando tanto avanços quanto desafios para a garantia de uma educação inclusiva que contemple o estudante com deficiência visual. Constatou-se que a maioria dos professores angolanos do Ensino Geral possui um conhecimento limitado sobre a audiodescrição, o que dificulta sua utilização efetiva para a inclusão de alunos com deficiência visual. Apesar das contribuições, este estudo apresenta algumas limitações, como o tamanho relativamente pequeno da amostra, que não é representativa de toda a população docente. Essas limitações devem ser consideradas ao interpretar os resultados e ao planejamento de futuras pesquisas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Ensino geral, Audiodescrição, Acessibilidade, Sala de aula.

### INTRODUÇÃO

A promoção da educação inclusiva tem se destacado como um dos principais desafios enfrentados pela sociedade angolana, visando garantir o acesso equitativo à educação para todos os alunos, considerando suas necessidades específicas. Nesse contexto, a implementação de práticas que favoreçam a participação plena e efetiva de alunos com deficiência visual tem sido

---

<sup>1</sup>Pós-Graduando do Curso de Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, [aleixocastigo2020@email.com](mailto:aleixocastigo2020@email.com);

<sup>2</sup> Pós-Graduando do Curso de Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, [juliana.688874@prof.educ.rec.br](mailto:juliana.688874@prof.educ.rec.br)

<sup>3</sup>Pós-doutorado, Universidade do Planalto Catarinense, Lages-Santa Catarina, [verafelicetti@email.com](mailto:verafelicetti@email.com).

uma prioridade, alinhada aos princípios de equidade e justiça social. A educação inclusiva em Angola busca não apenas a inserção dos alunos com deficiência visual no ambiente escolar, mas também a efetivação de processos pedagógicos que atendam às suas necessidades individuais, garantindo uma educação de qualidade e acessível (Mendes; Mendes; Gonzáles, 2021).

Nesse sentido, a audiodescrição surge como uma ferramenta fundamental para a promoção da inclusão educacional de pessoas com deficiência visual e consiste na descrição verbal de elementos visuais presentes em produções audiovisuais, como filmes, peças teatrais, exposições e outras manifestações artísticas, com o intuito de tornar esses conteúdos acessíveis às pessoas com deficiência visual (Kassar, 2011). No contexto educacional, este recurso desempenha um papel crucial ao possibilitar que alunos com deficiência visual tenham acesso às informações visuais presentes em materiais didáticos, imagens, gráficos e outros recursos utilizados no ensino, contribuindo para a construção de conhecimentos e desenvolvimento de novas aprendizagens.

Conforme descrito por Snyder (2008), a audiodescrição é uma ferramenta poderosa que tem o potencial de transformar a experiência educacional de estudantes com deficiência visual. No entanto, a eficácia dessa ferramenta depende, em suma, do conhecimento e percepção dos professores sobre ela (Hyks, 2005).

Em Angola, onde o sistema educacional enfrenta vários desafios (Silva, 2023), a implementação da audiodescrição configura-se como uma ação complexa. Este estudo, visa avaliar o conhecimento e a percepção dos professores angolanos sobre este recurso, tendo abordagem quantitativa, através da aplicação de um questionário composto por perguntas fechadas e abertas, sendo que, para análise dos dados, fizemos uso da análise estatística.

O presente estudo é composto por introdução, metodologia, aporte teórico, resultados e discussão, considerações finais e referências.

## **METODOLOGIA**

A metodologia definida para a pesquisa, apresenta-se quantitativa de caráter exploratório descritivo, apoiada pela análise estatística dos dados coletados através do questionário fechado aplicado aleatoriamente aos professores do Ensino Geral de Angola que fazem parte de dois grupos distintos do *Whatsap*, dos quais fizemos parte também, nomeadamente “Amigos do Leste” e “Sindicato dos Professores de Benguela”. A amostra foi constituída por 33 professores, cujo critério de inclusão foi ser professor que leciona em uma das classes do Ensino Primário, Ensino Secundário do I Ciclo ou II Ciclo do Ensino Secundário, e, foram excluídos de participar na pesquisa os integrantes dos grupos que não são professores e nem lecionam nos ciclos formativos supracitados, tais como diretores e/ou coordenadores de turnos.

Delineamos a pesquisa em abordagem quantitativa, por possibilitar obter informações mais objetivamente e descrever o fenômeno tal como ele se manifesta em tempo hábil ao alcance do objetivo. Para além, de permitir-nos, enquanto pesquisador, utilizar a análise estatística a partir das frequências nas categorias, onde trabalhamos apenas a descrição dos dados com frequências obtidas nas diferentes categorias, as quais ajudaram a sintetizar alguns achados (Gatti, 2005).

## **APORTE TEÓRICO**

### **História e definição de Audiodescrição**

A tarefa de descrever o mundo visual para pessoas com deficiência visual é uma prática antiga, cuja origem é difícil de determinar. Contudo, a Audiodescrição (AD), como uma atividade técnica e profissional, surgiu em meados dos anos 1970 nos Estados Unidos, fundamentada nas ideias propostas por Gregory Frazier em sua dissertação de mestrado (Motta; Filho, 2010).

Motta e Filho (2010) defendem que, embora a dissertação de Frazier seja de 1975, a AD só ganhou destaque na década seguinte, em detrimento aos esforços do casal Margaret e Cody Pfanstiehl. Eles foram os responsáveis pela audiodescrição da peça “Major Barbara”, apresentada no Arena *Stage Theater* em Washington, DC, em 1981. O teatro havia recebido financiamento público para tornar suas produções mais acessíveis, e Margaret Rockwell foi chamada para agregar ao projeto. Com a ajuda de Cody Pfanstiehl, eles começaram a fazer a audiodescrição de peças teatrais. Além disso, os foram pioneiros na criação de audiodescrições em fitas cassetes para visitas a museus, parques e monumentos nos Estados Unidos, contribuição fundamental para a introdução da AD na mídia televisiva.

Uma década depois, a Audiodescrição (AD) se expande e é introduzida na Europa em meados dos anos 1980, especificamente em 1985. As primeiras produções a utilizar a AD foram as peças amadoras do pequeno teatro Robin Hood em Averham, na Inglaterra, de acordo com Motta e Filho (2010), e por fim a AD chegou à Espanha nos moldes que conhecemos hoje. Em 1987, a Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE) fez a audiodescrição do filme “O último Tango em Paris”. Logo depois, a França foi apresentada à técnica durante o Festival de Cannes de 1989. Na ocasião, foram exibidos dois trechos de filmes com AD, resultado de um curso de formação em audiodescrição realizado por estudantes franceses no *AudioVision Institute* nos EUA. Dessa forma, a AD foi gradualmente expandindo-se tanto dentro quanto fora da Europa (Motta; Filho, 2010). Atualmente, além dos Estados Unidos, os países que mais investem em Audiodescrição (AD) incluem Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Canadá, Austrália

e Argentina. Portanto, desde sua origem até o presente, este recurso inclusivo expressa uma longa jornada, oferecendo maior acesso à informação, cultura e lazer.

Apesar do êxito, importa destacar que a AD ainda é um recurso em expansão e em alguns países. Em Angola, por exemplo, ainda não se observam avanços na utilização desse recurso. Isso ressalta a importância de incentivar pesquisas na área e promover discussões mais amplas sobre a utilização da AD em contextos educacionais, como escolas. Para uma melhor compreensão, passaremos em seguida para a definição do que é audiodescrição.

De acordo com Franco e Silva (2009), a audiodescrição consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave transmitidas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão. Uma realidade em países da Europa e nos Estados Unidos. A audiodescrição (AD) vem paulatinamente ganhando maior visibilidade e projeção também em outros locais, à medida que o direito da pessoa com deficiência visual é reconhecido e garantido.

A audiodescrição pode ser definida seguindo várias linhas teóricas, seja como uma tradução intersemiótica, como tecnologia assistiva ou como forma de mediação e interação entre pessoas que enxergam ou não. Diante de várias definições em torno da audiodescrição, o nosso foco é escolher as contribuições que mais se aproximam da educação. Dessa maneira, Motta e Filho, conceituam a audiodescrição como:

Uma atividade de mediação linguística que transforma o visual em verbal. É um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual por meio de informação sonora. Permite a equiparação de oportunidades, o acesso ao universo imagético e a eliminação de barreiras comunicacionais no contexto cultural, educacional e social (Motta; Filho, 2010, p. 11).

Nessa direção, a audiodescrição apresenta-se um recurso de acessibilidade que expande o entendimento das pessoas com deficiência visual em atividades e eventos culturais, como peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras musicais, eventos desportivos e pedagógicos como seminários e aulas. Além disso, é uma forma de mediação linguística que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar.

### **Audiodescrição no Contexto Educacional**

A deficiência visual é uma condição que afeta milhões de pessoas em Angola e no mundo. Conforme o “Relatório mundial sobre visão” da Organização Mundial da Saúde, aproximadamente 2,2 bilhões de pessoas vivem com essa condição (Who, 2019). Nesse contexto, a inclusão de pessoas com deficiência visual na sociedade, especialmente em instituições de

ensino, é essencial (Carballo, 2023), a fim de atender à diversidade humana em suas heterogeneidades social e historicamente. Além disso, entendemos que a educação inclusiva visa a organização e/ou reestruturação do sistema educacional, levando em conta as demandas, necessidades e particularidades dos indivíduos, numa proposta equitativa.

Pino e Viladot (2019) enfatizam a necessidade imperativa de os educadores incorporarem diversas metodologias e abordagens pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência visual. Eles argumentam que a formação específica é necessária para otimizar essa prática. O planejamento de aulas envolve a adaptação de atividades, a implementação de estratégias variadas, o uso de materiais diversificados e as adaptações e suportes necessários para potencializar processos de aprendizagem e desenvolvimento bem-sucedidos para todos os estudantes.

Pensando numa inclusão de alunos com deficiência visual no sistema educacional baseada em equidade, é fundamental a utilização de recursos de tecnologia assistiva, dentre eles a audiodescrição, contribuindo significativamente para o acesso e compreensão dos conteúdos didáticos por meio da audição. Ferziger et al. (2020) afirmam em sua pesquisa que é um serviço crucial que deve ser amplamente utilizado para aumentar o engajamento de indivíduos com baixa visão ou deficiência visual em eventos educacionais.

Neste sentido, a escola desempenha um papel fundamental e potencialmente eficaz na disseminação da Audiodescrição. O recurso audiodescritivo pode ser aplicado em diversas situações no ambiente escolar, desde a orientação e mobilidade até a interação social. Isso inclui a familiarização com a estrutura escolar, permitindo que os alunos se localizem e se movimentem de forma independente e autônoma, promovendo a realização de atividades propostas e a interação com os membros dessa comunidade. Com esta finalidade, pode ser usada para descrever imagens de livros didáticos, gráficos, filmes exibidos em sala de aula e até eventos culturais realizados na escola. Para tal, é importante que o professor tenha conhecimento sobre audiodescrição e sua importância nos processos de ensino e de aprendizagem na sala de aula, tudo porque, como afirma Almeida e Moreira:

O objetivo da audiodescrição em sala de aula é oferecer ao aluno deficiente visual o mesmo conhecimento oferecido ao aluno vidente, pois na sala de aula inclusiva ele tem o direito de aprender os conteúdos escolares ensinados com imagens como o fazem seus colegas sem deficiência visual (Almeida; Moreira, 2021, p. 3)

É importante que o professor esteja familiarizado e introduza na instituição de ensino as ferramentas que já estão sendo utilizadas em outros cenários e assim a amplie os meios de interação. Com isto não estamos afirmando que o professor deve ser um profissional no assunto, mas, consideramos pertinente que processos de formação continuada, conceitos sejam

introduzidos com vistas às metodologias no ambiente escolar, diferente com os intérpretes de língua de sinais, ou com o professor braillista, mas sim, como defendem Martins, Carvalho e Sales, ele precisa:

[...] se apropriar de técnicas e metodologias como forma de enriquecer sua prática pedagógica e contribuir também para a melhoria da aprendizagem de alunos com deficiência visual, por meio da descrição de imagens estáticas, como aquelas contidas nos livros didáticos e paradidáticos, bem como, das imagens dinâmicas que circulam em vídeos educativos (Carvalho; Sales, 2023, p. 28).

Monteiro e Walter (2023) argumentam que, embora o corpo docente não precise ser composto necessariamente por profissionais de audiodescrição, é importante que os mesmos tenham o conhecimento para garantir um produto de qualidade para os alunos usuários. Dessa forma, a reffamenta se tornará um recurso pedagógico eficaz enquanto permite que os alunos compreendam mensagens visualmente transmitidas e participem da cultura visual do ambiente em que estão inseridos. Afinal, ela visa proporcionar ao aluno cego condições de aprender os conteúdos escolares veiculados por imagens com seus colegas em sala de aula em contextos inclusivos (Vergara-Nunes, 2016).

A audiodescrição está alicerçada no pressuposto de que todos têm direito à mesma informação (Vergara-Nunes, 2016), permitindo ao docente incluir ou revelar informações significativas a todos os estudantes. No entanto, como afirma Silva (2015, p. 5), “na maioria das escolas, professores não possuem formação continuada em audiodescrição para poderem orientar e auxiliar os alunos do ensino comum diante dessas situações”, o que condiciona muitas vezes a utilização dela como ferramenta pedagógica para a inclusão de alunos que apresente deficiência visual.

Conforme afirma Kassar (2011), a Declaração de Salamanca (1994, p. 24-25) destacou que, em virtude do alto custo de manutenção das instituições especializadas, as escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou de qualquer outra natureza. Logo, a familiaridade dos profissionais da escola com esse recurso permitirá que a acessibilidade enriqueça o trabalho pedagógico, ampliando as oportunidades de aprendizagem para alunos cegos e com baixa visão, bem como para aqueles com deficiência intelectual, dislexia, déficit de atenção, autismo, e todos de um modo geral, (Motta, 2014).

O conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que, sem dúvida, poderá contribuir para o enriquecimento do agir pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão (Motta, 2014, p.6.).

A implementação da audiodescrição, tanto no contexto da sala de aula quanto no ambiente escolar em geral, proporcionará benefícios significativos aos alunos. “Uma visão mais humana e acessível do mundo em que vivem, preocupando-se nos espaços que convivem e em suas futuras profissões em como transformar a sociedade em um lugar mais justo e inclusivo, mais pacífico e amoroso” (Motta, 2014, p.12).

### **A Lei de acessibilidade de Angola**

A legislação angolana preconiza acessibilidade como um elemento fundamental para ampliar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, conforme disposto na Lei n.º 10/16 de 27 de julho. A garantia de direitos civis plenos é vista como um imperativo, exigindo que obstáculos sejam dirimidos com vistas a possibilitar o acesso a todos os serviços comunitários (Angola, 2016).

A Constituição de Angola (2010) e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1986), ambas endossadas por Angola, reiteram o direito à educação para todos os cidadãos, considerando, inclusive suas heterogeneidades. Para cumprir este direito, particularmente na direção da garantia para a pessoa com deficiência, o governo angolano advoga pela inclusão do ensino da língua gestual angolana nos currículos e programas educacionais, conforme estipulado na Lei n.º 10/16 de 27 de julho e na Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino (Lei n.º 32/20, de 12 de agosto). Isso implica formação continuada de professores e outros profissionais da educação com competências científicas, pedagógicas e metodológicas robustas que permitam a inclusão de todos os alunos no ambiente escolar (Angola, 2020).

Portanto, a legislação angolana de acessibilidade, em harmonia com a Constituição de Angola (2010) e a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1986), assevera a acessibilidade e a plenitude dos direitos civis para a pessoa com deficiência. A introdução do ensino da língua gestual angolana nos currículos e programas educacionais emerge como uma estratégia para garantir o direito à educação para todos os cidadãos, considerando suas heterogeneidades. Esta abordagem inclusiva representa um avanço necessário para uma sociedade mais justa e equitativa.

### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A princípio, realizamos a descrição dos dados, seguida pela discussão fundamentada em aporte teórico, incorporando contribuições de estudos anteriores. Iniciamos apresentando os dados socioprofissionais dos respondentes e, em seguida, abordamos as questões relacionadas à audiodescrição.

**Tabela 1: Sexo**

Respostas	Frequência	Percentagem
Masculino	30	91
Feminino	3	9

Fonte: autores

Com base nos dados coletados nos dois grupos distintos na plataforma *WhatsApp*, o grupo “Amigos do Leste” está composto por 32 membros, com uma distribuição de oito (25%) homens e 24 (75%) mulheres, enquanto o grupo “Sindicato dos Professores de Benguela” possui uma composição mais ampla de 935 membros, dos quais 75 (0,8%) são mulheres e 860 (92%) são homens. Somando os dois grupos temos 967, dos quais 90% corresponde a homens, proporcionando assim uma visão geral da distribuição de gênero juntando os grupos e em cada grupo.

Assim sendo, na tabela 1, podemos observar que a distribuição de respostas entre os gêneros masculino e feminino é bastante desigual, fato relacionado ao quantitativo maior de homens no grupo. Dos respondentes, 91% são homens, com um total de 30 respostas. Por outro lado, apenas 9% das respostas são de mulheres, com total de 3 respostas. Portanto, o maior percentual dos participantes é do gênero masculino indo ao encontro da maioria da classe docente do Ensino Geral que é composta majoritariamente por homens do que mulheres, embora, o Instituto Nacional de Estatística de Angola, tenha apontado no censo de 2014 que “a maioria da população em Angola são mulheres, 13 289 983, correspondente a 52% do total, enquanto que a população masculina é de 12 499 041, representando 48% do total da população” (Angola, 2016, p. 31).

**Tabela 2: Nível de formação acadêmica**

Respostas	Frequência	Percentagem
Ensino Médio	6	18
Licenciatura	20	61
Mestre	7	21
Doutor	0	0

Fonte: autores

Relativamente ao nível de formação acadêmica, como mostra a tabela 2 acima colocada, 6 dos respondentes (18%) completaram o Ensino Médio, representando a minoria do grupo. O maior percentual dos professores, 20 indivíduos (61%), possui uma Licenciatura. Essa



concentração indica a importância dessa formação para a docência. Sete professores (21%) detêm o título de Mestre, o que indica um debruçar maior em aprofundamento em conhecimentos e qualificação profissional. E, por fim, nenhum dos respondentes possui título de doutor, evidenciando a necessidade de incentivos à busca por essa titulação na área da educação.

Os dados revelam que a maioria dos professores participantes, possui graduação em Licenciatura, demonstrando a importância dessa formação para a docência. A preocupação dos professores em obter o título de Licenciado sugere o compromisso com a qualidade do ensino e a busca por qualificação contínua.

**Tabela 3: Nível de ensino que lecciona**

Respostas	Frequência	Porcentagem
Ensino Primário <sup>4</sup>	6	18,2
I ° Ciclo do Ensino Secundário <sup>5</sup>	8	24,2
II ° Ciclo do Ensino Secundário <sup>6</sup>	19	57,6

Fonte: autores

Na tabela 3, procuramos analisar a distribuição dos professores respondentes por nível de ensino. Seis professores (18,2%) lecionam no Ensino Primário, 8 professores (24,2%) lecionam no I Ciclo do Ensino Secundário, 19 indivíduos (57,6%) lecionam no II Ciclo do Ensino Secundário, evidenciando uma concentração nessa fase de escolarização.

A análise da distribuição dos professores por nível de ensino revela uma concentração no II Ciclo do Ensino Secundário, com presenças menores no I Ciclo do Ensino Secundário e no Ensino Primário. Essa distribuição pode estar relacionada com qualificação docente, como consta na tabela 2, onde a maioria, correspondente a 61%, possui o título de Licenciatura, formação esta exigida para a atividade docente no Ensino Médio em Angola.

A análise dos dados apresentados na Tabela 4 indica que a maioria dos professores, especificamente 17 (52%), relatou a presença de alunos com deficiência visual em suas salas de aula. Em contraste, 16 (48%) dos professores afirmaram não ter alunos com deficiência e/ou insuficiência visual em suas respectivas salas de aula.

**Tabela 4: Tem aluno com deficiência visual**

Respostas	Frequência	Porcentagem
-----------	------------	-------------

<sup>4</sup> No contexto brasileiro corresponde a 1° ao 5° ano do Ensino Fundamental.

<sup>5</sup> No contexto brasileiro corresponde o 6° ao 9° ano do Ensino Fundamental.

<sup>6</sup> No contexto brasileiro equivale ao Ensino Médio.

Sim	17	52
Não	16	48

Fonte: autores

Esses resultados sugerem que o maior número dos professores que participaram da pesquisa está enfrentando o desafio de educar alunos com e sem deficiência visual no mesmo ambiente de aprendizagem. Isso implica a necessidade de estratégias pedagógicas inclusivas e adaptativas que possam atender às necessidades de todos os alunos, independentemente de suas habilidades visuais. Portanto, só desta forma, como defende Carballo (2023), o professor poderá atender a heterogeneidade presente na sala de aula.

Quanto ao conhecimento dos professores participantes com o conceito de audiodescrição, a tabela 5, com 18 professores (54,5%), relata já ter ouvido falar sobre o assunto, indicando um conhecimento significativo sobre essa ferramenta de acessibilidade. 15 professores (45,5%) afirmaram não ter familiaridade com a ele, evidenciando a necessidade de ações de conscientização e formação sobre o tema.

**Tabela 5: Ouvir falar sobre audiodescrição**

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	18	54,5
Não	15	45,5

Fonte: autores

Os dados revelaram que o maior percentual dos professores demonstrou ter ouvido falar sobre audiodescrição, o que indica um avanço na compreensão da importância dessa ferramenta de acessibilidade. Contudo, a presença de 45,5% de professores que não conhecem a audiodescrição revela a necessidade de ações de conscientização e formação sobre o tema.

Relativamente à utilização da audiodescrição pelos professores em suas práticas, podemos verificar na tabela 6 que, apenas 3 professores (9%) afirmaram relataram utilizar a audiodescrição em suas aulas, revelando uma baixa utilização dessa ferramenta de acessibilidade. A maioria dos professores, 30 indivíduos (91%), afirmaram não utilizar a audiodescrição em suas aulas, evidenciando a necessidade de ampliar a utilização dessa ferramenta para promover a inclusão de alunos com deficiência visual, de modo a assegurar a acessibilidade e a plenitude do direito à educação para indivíduos com deficiência plasmado na Constituição da República de Angola (Angola, 2010) e na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1986).

**Tabela 6: Utilização da audiodescrição na prática de ensino**

---

**Respostas Freqüência Percentagem**


---

Sim	3	9
Não	30	91

---

Fonte: autor

A análise da utilização da audiodescrição na prática docente revela a necessidade de ações urgentes para ampliar o uso dessa ferramenta de acessibilidade, por ela ser um instrumento fundamental para a inclusão de alunos com deficiência e/ou insuficiência visual na educação, garantindo-lhes o direito à educação de qualidade e à participação plena na sociedade, o que a torna como defendem Ferziger et al. (2020), um serviço que deve ser amplamente utilizado para aumentar o engajamento de indivíduos com baixa visão ou deficiência visual em eventos educacionais.

A tabela 7, relacionada com a familiaridade dos professores participantes com o conceito de audiodescrição, 17 professores (52%) afirmaram não ter familiaridade com a audiodescrição, evidenciando uma lacuna no conhecimento sobre essa ferramenta de acessibilidade, 5 professores (15%) relataram estar familiarizados com a audiodescrição, demonstrando um nível de conhecimento sobre o tema. 7 professores (21%) se consideraram pouco familiarizados com a audiodescrição. Apenas 4 professores (12%) afirmaram estar muito familiarizados com a audiodescrição.

**Tabela 7: Familiaridade com audiodescrição**

<b>Respostas</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Percentagem</b>
Não familiarizado	17	52
Familiarizado	5	15
Pouco familiarizado	7	21
Muito familiarizado	4	12

---

Fonte: autor

A prevalência da falta de familiarização com a audiodescrição entre a maioria dos professores evidencia a necessidade de expandir a compreensão desta ferramenta de acessibilidade no meio docente. Conforme apontado por Carvalho e Sales (2023), a familiarização com técnicas e metodologias associadas à audiodescrição pode enriquecer a prática pedagógica e contribuir para aprimorar o processo de aprendizagem de alunos com deficiência visual. Isso pode ser alcançado por meio da descrição de imagens estáticas, como as presentes em livros didáticos e paradidáticos, bem como de imagens dinâmicas veiculadas em vídeos educativos.

Na tabela 8, onde apresentamos a percepção dos professores respondentes sobre a utilidade da audiodescrição em sala de aula; 3 professores (9%) afirmaram que a audiodescrição não seria útil em sala de aula, revelando uma visão negativa sobre essa ferramenta de acessibilidade; 11 professores (33,3%) consideram a audiodescrição útil em sala de aula, reconhecendo seus benefícios para a inclusão e o aprendizado de alunos com deficiência visual; 4 professores (12,1%) acreditam que a audiodescrição seria pouco útil em sala de aula, demonstrando uma percepção limitada sobre seus benefícios; O maior percentual dos professores, 15 indivíduos (45,4%), consideram a audiodescrição muito útil em sala de aula, evidenciando o reconhecimento do potencial dessa ferramenta para a inclusão.

**Tabela 8: A audiodescrição seria útil em sala de aula**

<b>Respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Nada útil	3	9
Útil	11	33,3
Pouco útil	4	12,1
Muito útil	15	45,4

Fonte: autor

Assim, o maior percentual dos professores (78,7%) ao considerar a audiodescrição útil ou muito útil em sala de aula, demonstra um reconhecimento crescente do potencial dessa ferramenta para a inclusão e o aprendizado de alunos com deficiência visual. Nesta ordem, o objetivo dela em sala de aula segundo Almeida e Moreira (2021), é oferecer ao aluno com deficiência visual o mesmo conhecimento oferecido ao aluno vidente, pois na sala de aula inclusiva ele tem o direito de aprender os conteúdos escolares ensinados com imagens como o fazem seus colegas sem deficiência visual.

Portanto, ao colocarmos uma pergunta aberta sobre quais são os principais desafios que os professores acreditam que enfrentariam ao implementar a audiodescrição em sua sala de aula?. Como resposta, disseram que, as razões de não ser útil a aplicação da audiodescrição em sala de aulas apontadas por professores que responderam o questionário são de fórum técnico (produção de materiais com audiodescrição, infraestrutura das salas de aula, gestão do tempo), pedagógico (adaptação das metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem), e socioculturais (falta de conhecimento e experiência, resistência e falta de aceitação, falta de conscientização dos professores e alunos).

Por fim, conforme ilustrado na Tabela 9, quando indagados acerca do interesse em receber treinamento sobre a utilização da audiodescrição no ambiente de sala de aula, um total de 32

docentes, correspondendo a 97% do conjunto, manifestaram-se favoravelmente, enquanto apenas 1 docente, representando 3% do total, expressou desinteresse.

**Tabela 9: Interesse pelo treinamento sobre como usar audiodescrição**

Respostas	Frequência	Porcentagem
Sim	32	97
Não	1	3

Fonte: autor

Deste modo, a maioria dos professores ao se interessarem em realizar treinamento sobre audiodescrição, reconhecem como afirma Motta (2014), que conhecimento sobre o recurso e sobre seus benefícios, aplicabilidade e técnicas permitirá que possa ser utilizado como ferramenta, o que, sem dúvida, poderá contribuir para o enriquecimento do fazer pedagógico e para a abertura de mais oportunidades de aprendizagem para os alunos cegos e com baixa visão. Logo, Pino e Viladot (2019) consideram ser uma necessidade primaz os educadores incorporarem diversas metodologias e abordagens pedagógicas para a inclusão de alunos com deficiência visual, considerando formação específica ser necessária para otimizar essa prática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, baseado em dados coletados por meio de um questionário misto, teve como objetivo avaliar o conhecimento e a percepção dos professores angolanos sobre a audiodescrição. Os resultados revelaram um panorama que exige avanços e desafios a serem considerados para promover a inclusão de alunos com deficiência e/ou insuficiência visual na educação no que concerne a utilização de audiodescrição.

A maioria dos professores não se familiarizou com a audiodescrição, evidenciando a necessidade de ações de conscientização e formação sobre essa ferramenta de acessibilidade. No entanto, a presença de professores familiarizados e pouco familiarizados indica um interesse crescente em aprender sobre a audiodescrição e seu potencial para a inclusão.

A maioria dos professores reconhece a utilidade da audiodescrição para a inclusão e o aprendizado de alunos com deficiência visual. Essa percepção positiva é fundamental para promover a implementação da audiodescrição em sala de aula. No entanto, a presença de professores que não consideram a audiodescrição útil ou pouco útil indica a necessidade de desconstruir mitos e crenças negativas sobre essa ferramenta.

Os professores apontaram diversos desafios para a implementação da audiodescrição, tais como: desafios Técnicos (Produção de materiais com audiodescrição, infraestrutura das salas de aula, gestão do tempo); Pedagógicos (Adaptação das metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem) e Socioculturais (Falta de conhecimento e experiência, resistência e falta de aceitação, falta de conscientização). Por esta razão, estão interessados em participar num treinamento sobre como usar a audiodescrição na sala de aula.

Em suma, os professores angolanos do Ensino Geral que responderam às perguntas do nosso questionário misto têm conhecimento limitado sobre a audiodescrição, por isso, não a utilizam na sala de aula para a inclusão de alunos com deficiência e/ou insuficiência visual. No entanto, é importante reconhecer que este estudo tem algumas limitações. A amostra de professores foi relativamente pequena e não representativa de toda a população docente.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.; MOREIRA, S. O objetivo da audiodescrição em sala de aula. Ponta Grossa: Atenas editora, 2021.

CARBALLO, M. Importância da inclusão de pessoas com deficiência visual. 2023.

CARVALHO, P.; SALES, L. Técnicas e metodologias de audiodescrição na educação. 2023.

DEMEA, K.; KLIBTHONG, S.; SRISURAKUL, P. Educação inclusiva: organização e reestruturação do sistema educativo. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

FERZIGER, N. et al. "Audio description in the theater: Assessment of satisfaction and quality of the experience among individuals with visual impairment". **British Journal of Visual Impairment**, vol. 38, n. 3, 2020.

FRANCO, R.; SILVA, D. Audiodescrição breve passeio histórico. In: MOTTA, L. M. V.; FILHO, P. R. (Org.). Audiodescrição: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro\\_Audiodescricao.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf). Acesso em: 20, maio, 2024.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber livro editora, 2005.

HYKS, V. Audio Description and Translation. Two related but different skills. *Translating Today* 4: 6-8, 2005.

KASSAR, M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: Desafios da implementação de uma política nacional. *Educar em revista*, (41), 61-79, 2011.

MARTINS, J.; CARVALHO, P.; SALES, L. Enriquecimento da prática pedagógica com audiodescrição, 2023.

MONTEIRO, J.; WALTER, R. A profissionalização da audiodescrição para garantir qualidade. Rio de Janeiro: Editora Inclusiva, 2023.

MOTTA, P. A.; FILHO, F. S. História e desenvolvimento da audiodescrição. São Paulo: 2010.

MOTTA, P. A. A importância da audiodescrição na educação inclusiva. 2014.

MENDES, A.; MENDES, G. . L.; GONZÁLES, O. H. Política da educação especial numa perspectiva inclusiva em Angola: Contexto, avanços e necessidades emergentes. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e77723, 2021

MOZER, C.; DRAGO, F.; DIAS, L. Diversidade humana na educação inclusiva. São Paulo Editora Inclusiva 2021.

OLIVEIRA, R.; PRIETO, M. Inclusão de pessoas com deficiência visual na sociedade. Rio de Janeiro: Educação, 2020.

PINO, J.; VILADOT, E. Metodologias pedagógicas para inclusão de alunos com deficiência visual. Brasília: Editora acadêmica, 2019.

ROCHA, L.; OLIVEIRA, F.; ARAÚJO, D. Necessidades e particularidades dos indivíduos na educação inclusiva. Belo Horizonte: Editora Pedagógica, 2021.

SILVA, J. Formação continuada em audiodescrição para professores. Porto Alegre: Educação continuada, 2015.

SNYDER, R. C.. “What Is Third-Wave Feminism? A New Directions Essay”. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, vol. 34, no. 1, 2008.

Silva, V. M. A. B. As dificuldades. as deficiências, a qualidade, a aprendizagem, a corrupção, na educação geral em Angola. Várias razões. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/372725148\\_AS\\_DIFICULDADES\\_AS\\_DEFI CIENCIAS\\_A\\_QUALIDADE\\_A\\_APRENDIZAGEM\\_A\\_CORRUPCAO\\_NA\\_EDUC ACAO\\_GERAL\\_EM\\_ANGOLA\\_VARIAS\\_RAZOES](https://www.researchgate.net/publication/372725148_AS_DIFICULDADES_AS_DEFI CIENCIAS_A_QUALIDADE_A_APRENDIZAGEM_A_CORRUPCAO_NA_EDUC ACAO_GERAL_EM_ANGOLA_VARIAS_RAZOES). Acesso em: 21 jun. 2024

VIEIRA, A.; SONZA, P.; VIRALONGA, T.; MENDES, J. Inclusão de pessoas com deficiência visual no ensino. Salvador: Editora educacional, 2020.

VERGARA-NUNES, L. O direito à informação por meio da audiodescrição. Recife: Editora Inclusiva, 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. World Report on Vision. 2019.



XAVIER, P.; ARAÚJO, M. A educação inclusiva como direito social e histórico. Fortaleza: Editora acadêmica, 2023.

#### Leis e Documentos Oficiais

ANGOLA. Constituição da República de Angola. 2010.

ANGOLA. Lei nº 10/16 de 27 de Julho. 2016.

ANGOLA. Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino, Lei nº 32/20, de 12 de Agosto. 2020.

CARTA AFRICANA DOS DIREITOS DO HOMEM E DOS POVOS. Adotada em Nairobi, Quênia, 1986

[INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA. Resultados Definitivos Recenseamento Geral Da População E Habitação – 2014.]